



SERVIÇO SOCIAL E RECONCEITUAÇÃO: INTERLOCUÇÕES ENTRE BRASIL E CHILE

Social work and reconceptualization: interlocutions between Brazil and Chile

Renata Martins de Freitas *

 <https://orcid.org/0000-0001-9601-2898>

RESUMO

O presente artigo apresenta ponderações acerca do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. Traz contextualização sobre este movimento e suas principais características. Apresenta a experiência das universidades chilenas e a sua interlocução com o projeto brasileiro da ESS/UCMG. Evita-se uma visão endógena, buscando tratar o Serviço Social no conjunto das relações sociais de produção e reprodução da vida social e resgatar a importância do olhar para a história, a fim de iluminarmos o presente, identificarmos tendências e construirmos estratégias de resistência na defesa do projeto ético-político profissional, em consonância com as lutas da classe trabalhadora. Podemos afirmar, a partir da análise das duas experiências tratadas, que a Reconceituação apresentou avanços, limites e contradições, e que o legado que deixou em cada país também está relacionado com as relações nacionais e com a própria ordem burguesa ao longo das últimas décadas.

PALAVRAS-CHAVE

Reconceituação; Serviço Social; Experiência Chilena; Universidade Católica de Minas Gerais; Método BH.

ABSTRACT

This article presents reflections on the Movement for the Reconceptualization of Social Work in Latin America. Brings context about this movement and its main characteristics. It presents the experience of Chilean universities and their interlocution with the Brazilian project of ESS/UCMG. An endogenous view is avoided, seeking to treat social work in the set of social relations of production and reproduction of social life and to rescue the importance of looking at history, in order to illuminate the present, identify trends and build resistance strategies in defense of the professional ethical-political project, in consonance with the struggles of the working class. We can say, based on the analysis of the two experiences dealt with, that the Reconceptualization presented advances, limits and contradictions, and that the legacy it left in each country is also related to national relations and to the bourgeois order itself over the last decades.

KEYWORDS

Reconceptualization; Social Work; Chilean Experience; Catholic University of Minas Gerais; BH Method.

* Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Assistente Social na Prefeitura Municipal de Itaguaí (PMI, Itaguaí, Brasil). E-mail: renatamfreitas.ss@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2022v22n44p91-113



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Introdução

O presente ensaio de caráter bibliográfico, busca ser um pretexto que nos estimule a “navegar” por pesquisas e estudos sobre o chamado Movimento de Reconceituação, importante processo de contestação do Serviço Social Tradicional na América Latina, e de suas matrizes teóricas conservadoras¹, que praticamente monopolizavam (NETTO, 2009) o cenário profissional até então, tendo estas sustentado a gênese desta especialização do trabalho coletivo, e determinado o que Moljo e Silva (2019) compreendem como uma “certa cultura profissional”, dirigida à manutenção da ordem burguesa.

A experiência brasileira mais representativa do mencionado movimento ocorreu no início da década de 1970, com o Projeto da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG), incluindo o chamado “Método BH”. O método fora implementado a partir de importante interlocução com projetos em curso na Universidade Católica do Chile (UCC) e Universidade Católica de Valparaíso (UCV).

Para Moljo e Silva (2019), uma nova cultura profissional — baseada no Serviço Social Crítico — é empreendida a partir do processo de renovação crítica do Serviço Social brasileiro, no interior da autocracia burguesa, e está relacionada à construção de um projeto ético-político profissional de base progressista que, segundo Netto (2009), torna-se hegemônico no seio da categoria profissional na década de 1990². Ele afirma o compromisso da profissão com a classe trabalhadora, embora admita-se o caráter contraditório do Serviço Social na ordem burguesa. Este projeto, segundo o autor, é ameaçado diante da “cruzada antidemocrática” promovida pelo grande capital, sendo necessário o fortalecimento coletivo de interlocuções — não somente endógenas ao Serviço Social — para que ele seja mantido.

A história, como um processo não linear que traz permanências e rupturas, demonstra que o conservadorismo nunca deixou de estar presente no interior da profissão, e daí depreende-se que existem continuamente propostas profissionais em disputa.

Vivemos contexto de acirrada regressão de direitos e avanço do conservadorismo, com considerável aderência societária, agravada pela precarização nas condições de trabalho, ao que assistentes sociais, como trabalhadoras/es assalariadas/os, não estão ilesas/os. Neste sentido, também é observada uma reação conservadora no campo profissional que

¹ Entre as matrizes teóricas que sustentaram o Serviço Social tradicional, destacamos o pragmatismo, o neotomismo e o positivismo. Essas teorias podem ser conhecidas em suas linhas gerais a partir da leitura de Yazbek (2019).

² De acordo com Netto (2009), além de todo o processo de contestação do Serviço Social tradicional, fruto também de um movimento socio-histórico e que por isso não pode ser analisado como endógeno à profissão, contribuíram para a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social: o contexto de abertura política em nosso país, assim como a formação de uma massa crítica na categoria, entre outros fatores. Sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro e análise sobre sua constituição, indicamos a leitura de Netto (2009).

idealiza o passado tradicional e sua pretensa neutralidade, como se a contestação deste tradicionalismo fosse a causa de uma desprofissionalização do Serviço Social. Trata-se de crítica conservadora à reconceituação, que vem ganhando terreno, tendo como mote um elogio ao *social work* norte-americano e seu suposto caráter apolítico³. A direção profissional reacionária não foge aos traços característicos do conservadorismo, que busca escamotear sua direção social e política regressiva por meio da negação da dimensão política e ideológica, como se a neutralidade questionada pelo Movimento de Reconceituação fosse uma possibilidade concreta (NETTO, 2009; IAMAMOTO, 2019; MOLJO; SILVA, 2019).

Em virtude do exposto, reafirmamos aqui a importância de estudos histórico-críticos sobre o Serviço Social, ou sobre o Serviço Social na história, que não ocorram sob uma perspectiva endógena, mas tratem a profissão no seio das relações sociais, considerando o modo de produção capitalista. (MONTAÑO, 2009; YAZBEK, 2019).

Iamamoto e Santos (2021), em recente e fundamental publicação⁴, ponderam que pensar na temática do Movimento de Reconceituação é também uma expressão de resistência a este avanço conservador que se instala com algumas características particulares em virtude do tempo em que vivemos. Faz-se fundamental olharmos para o passado, a fim de que este contribua para compreensão mais densa dos processos históricos a partir de relações concretas e sujeitos concretos, e dos processos de transformação no Serviço Social.

Conforme ilumina Hobsbawn (2013), uma das tarefas deste olhar para a história é a de apreender tendências e transformações nas sociedades humanas, observando semelhanças e diferenças em meio a este *continuum* entre passado, presente e futuro.

Diante da relevância de voltarmos nosso olhar para o “passado”, buscamos aqui uma breve contextualização sobre o Movimento de Reconceituação na América Latina, apontando suas principais características. Após isto, apresentaremos — nos limites de um artigo e em linhas gerais — duas experiências: a chilena e a brasileira, por meio do Projeto da ESS/UCMG, buscando suas interlocuções, similitudes, diferenças e principais aspectos que as constituíram.

Se a crítica aos elementos da reconceituação parecem se avolumar atualmente, buscaremos iluminar reflexões sobre seu processo e seu legado ao Serviço Social, sobretudo o brasileiro.

³ Netto (2009b) analisa que o Serviço Social sempre — desde sua gênese — se manteve na cena política e, muitas das vezes, na cena partidária. Contudo, isto passa a ser destacado com um juízo negativo, quando há tendência de realização de defesas vinculadas às pautas de esquerda. Profissionais alinhados à ordem burguesa são tidos como “guardiões da essência profissional” (NETTO, 2009b, p. 29). Segundo o autor, o chamado “apoliticismo” é uma tática “barata” do conservadorismo que marca o Serviço Social no Brasil.

⁴ É possível assistir à live de lançamento dessa importante obra (IAMAMOTO; SANTOS, 2021) em: <https://www.youtube.com/watch?v=YLYoKL49OR8>. Acesso em: 04 jul. 2022.

Apontamentos sobre o Movimento de Reconceituação na América Latina

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social é tido como um processo de abrangência latino-americana (NETTO, 1975; IAMAMOTO, 2008; IAMAMOTO; SANTOS, 2021), que se manifestou mais nítida e coletivamente no *I Seminário de Serviço Social Face às Mudanças da América Latina*, ocorrido em Porto Alegre em 1965 (GOIN, 2019). Estima-se que tenha tido sua “crise”⁵, conforme análise de Netto (1975), por volta de 1975. Contudo, constitui-se ainda um processo vivo e inconcluso na profissão (NETTO, 2005).

O referido movimento constitui importante marco no processo de renovação crítica da profissão, por meio do questionamento de suas bases conservadoras, que vinham sustentando o Serviço Social tradicional. Foi provocado pelas contradições sociais e históricas em presença naquele momento. Não se pode dizer, portanto, ser um processo endógeno à profissão. A unidade do movimento apoiava-se na busca e articulações por um Serviço Social latino-americano, observando as particularidades desta região, recusando a importação acrítica de teorias e métodos; na crítica ao tradicionalismo e à pretensa neutralidade, desnudando o caráter político da atuação profissional e firmando compromisso com as lutas dos “oprimidos” ou “classes populares”; a demanda de atribuição de estatuto científico ao Serviço Social; a interlocução crítica com as ciências sociais e o intento de reorganização dos processos formativos, sendo isto evidenciado pelos principais lócus do processo serem as universidades. (NETTO, 2005; ARAÚJO, 2011; BATISTONI, 2017; GOIN, 2019; IAMAMOTO; SANTOS, 2021).

Scheffer *et al.* (2021) refletem que o Movimento de Reconceituação esteve vinculado a um processo de questionamento ao imperialismo, animado por acontecimentos específicos na América Latina, como a vitória dos guerrilheiros de Serra Maestra sobre “La Havana”. Nesse contexto, surgem intentos de construção de um projeto latino-americano para o Serviço Social, “alinhado ao protagonismo dos sujeitos coletivos” (SCHEFFER *et al.*, 2021, p. 97). O mencionado alinhamento pode ser observado nas experiências da ESS/UCMG no Brasil e das universidades chilenas, ambas tratadas posteriormente neste artigo.

Iamamoto e Santos (2021) analisam o Movimento de Reconceituação como um “amplo questionamento da profissão de Serviço Social (finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação acadêmica)”. (IAMAMOTO; SANTOS, 2021, p. 45).

É preciso dizer, contudo, que não se tratou de um transcurso homogêneo, havendo particularidades nacionais importantes, a depender sobretudo de elementos exógenos e conjunturais, e da intensidade do processo autoritário em cada país. Por este e outros fatores é preciso compreender o conjunto de relações sociais envolvidas que possibilitaram e influenciaram este percurso do Serviço Social latino-americano e a saturação dos aspectos que constituíam o Serviço Social tradicional.

⁵ Para melhor compreensão da análise que traz à tona a existência de uma crise do processo reconceituador no Serviço Social em virtude de fatores exógenos à profissão, sobretudo pelo avanço da autocracia burguesa no continente, das ditaduras nos países latino-americanos, recomendamos a leitura do denso ensaio de Netto (1975).

Netto (2005) nos convoca a compreender as condições históricas que propiciaram e induziram a crítica ao conservadorismo. A bibliografia aponta a relevância do período 1960-1980 no que tange aos movimentos contestatórios em todo o mundo. Acosta (2008) contextualiza que os anos 1960 compõem um ciclo no interior dos “anos dourados” do capitalismo, caracterizado pela transição da acumulação dos moldes keynesiano-fordistas para o que o autor chama de “acumulação flexível”, sendo um movimento de passagem de uma fase expansiva da acumulação para uma fase de estagnação, com liberação de “enormes energias político-culturais”. Netto (2005), por sua vez, pontua um período de crise da ordem capitalista, cuja razão é o esgotamento de determinado padrão de desenvolvimento do capitalismo e das ondas longas de seu crescimento, que se mantiveram em certa segurança ao longo de cerca de trinta anos, os “anos dourados”. O quadro favorável às mobilizações advém do questionamento acerca das estruturas sob o modo de produção vigente. Articulam-se demandas de cunho econômico e cultural. Contesta-se, portanto, a ordem burguesa que vinha sendo o pilar de constituição do Serviço Social.

As condições propiciadoras da crítica ao conservadorismo, segundo Netto (2005), têm seu mote ou baliza nos movimentos evidenciados em 1968, que, segundo Iamamoto e Santos (2021), foram iniciados na França, tendo sido espalhados por diversas partes da Europa. Destaca-se o movimento de “Maio de 1968”⁶ em Paris, protagonizado por estudantes e trabalhadores, em contestação à ordem do capital. Iamamoto e Santos (2021) analisam que:

O período de 1960-1980 foi de grande importância mundial, como já anunciado. Nos Estados Unidos, movimentos sociais lutam por melhores condições de vida e reivindicam uma sociedade mais igualitária. O assassinato do líder negro Martin Luther King, em 1968, marca uma onda de protestos organizados pelo movimento racial estadunidense. Também ganham força o feminismo, os movimentos pacifistas (contra a guerra do Vietnã), os movimentos culturais (psicodélico e hippie), marcos de questionamento ao poder tradicional e ao modo de vida sob o capital. (IAMAMOTO; SANTOS, 2021, p. 48).

Além dos mencionados movimentos, apontamos a importância da luta anticolonialista na África, culminando com a independência de países que enfrentavam o imperialismo (IAMAMOTO, 2018); o contexto da Guerra Fria; a influência da Revolução cultural chinesa sobre a juventude em diversas partes do mundo; a denúncia ainda na década de 1950 dos crimes do stalinismo e todo o clima de questionamento do estabelecido, até mesmo a título de organização política, com “liberação” das “rígidas estruturas dos partidos comunistas”⁷ (ACOSTA, 2008). Acosta (2008, p. 260) assinala que “[...] a experiência da revolução podia ser pensada com outras categorias e ser praticada através de outras organizações”.

⁶ Para conhecer um pouco e um olhar sobre os 50 anos de Maio de 1968, indicamos documentário veiculado pelo canal da UFRGS TV: <https://www.youtube.com/watch?v=8uBPzFYlhug>, e, sobretudo, o debate da TV Cultura sobre o assunto: https://www.youtube.com/watch?v=gD_dwBarV50. Acesso em: 05 jul. 2022.

⁷ Sobre este contexto/atmosfera dos anos 1960, indicamos leituras de Acosta (2008) e Iamamoto (2018, p. 212-213).

No contexto latino-americano, o final dos anos 1950 e os anos 1960 são de agitação política a partir da possibilidade histórica do caminho não capitalista de libertação nacional, materializado na Revolução Cubana de 1959, e sua “virada para o socialismo em 1961” (ACOSTA, 2008). A mencionada efervescência tem rebatimentos em espaços como universidades, nas diversas expressões artísticas como cinema e teatro, na Igreja e nos movimentos estudantis (IAMAMOTO, 2019; LOPES, 2019). Entre as décadas de 1960 e 1970, outras experiências com direção socialista ou de contestação ao imperialismo também irrompem em “Nuestra América”⁸: a Revolução Nicaraguense de 1979-1989 e a via socialista no Chile — interrompida pelo golpe militar em 11 de setembro de 1973 — são exemplares, mas cabe mencionar “nuances históricas” no México, Bolívia, Guatemala e República Dominicana (IAMAMOTO; SANTOS, 2021). Esta efervescência latino-americana trouxe como reação, no contexto da Guerra Fria, o financiamento de contrarrevoluções por governos norte-americanos, fazendo avançar os interesses da autocracia burguesa, com uso de repressão em ditaduras militares (IAMAMOTO; SANTOS, 2021; SILVA, 2013).

Todo o cenário apresentado, aliado ao que Netto (2005) analisou como deslocamento político de instituições vinculadas ao Serviço Social, sobretudo a Igreja Católica a partir de intervenções do Papa João XXIII e do Concílio Vaticano II; à revisão crítica nas ciências sociais; e à efervescência do movimento estudantil⁹, são fatores importantes e fundamentais para a crítica ao Serviço Social Tradicional. De acordo com Iamamoto e Santos (2021), neste contexto florescem a “teologia da libertação”, firmando o compromisso de setores da Igreja com os “oprimidos” e sua aproximação com o marxismo; a “teoria da dependência” para explicação e análise sobre o imperialismo; e a proposta de Paulo Freire, a educação popular, fomentando a articulação entre educação e realidade de vida dos sujeitos, a educação como prática de liberdade, consciência crítica e protagonismo. Estes “florescimentos”, segundo as autoras, “reverberam de forma incisiva na reconceituação do Serviço Social latino-americano”. (SANTOS, 2021, p. 40).

Por todo o exposto até o momento, concordamos com Netto (1975) sobre a ênfase da crítica ao tradicionalismo no Serviço Social ter sido radicada em fatores exógenos à profissão. Este tradicionalismo se assenta em matrizes teóricas conservadoras como o estrutural-funcionalismo, o positivismo, o pragmatismo e o neotomismo (IAMAMOTO, 2008; 2013; ARAÚJO, 2011). Do positivismo advém a demanda por uma prática pretensamente neutra, asséptica, imparcial. A mencionada matriz teórica propaga que a sociedade é constituída por leis naturais e isso gera uma demanda por prática profissional e de pesquisa que naturalizem a pobreza e as desigualdades sociais e devem proceder na adaptação dos sujeitos aos fenômenos. Trata-se de postura conservadora que visa manter a ordem estabelecida, e tomá-la como “a ordem”. Oculta-se o caráter ideológico deste próprio intento de manutenção. Não existe, contudo, neutralidade quando lidamos com relações sociais desiguais, na sociedade de classes e composta por lutas sociais. A realidade

⁸ Para conhecer as experiências de Cuba, Chile e Nicarágua, recomendamos a leitura de Sader (1992).

⁹ O deslocamento da Igreja Católica e seu diálogo com o movimento estudantil aparecem com certa nitidez no Brasil com a existência da Juventude Universitária Católica (JUC), assim como da Ação Popular (AP) nascida a partir dela. Segundo Acosta (2008, p. 266), a Ação Popular transitou por “três ideários: cristianismo, guevarismo e maoísmo”.

é prenhe de conflitos e não se pode ignorá-los no âmbito das relações concretas, não sendo possível, portanto, a pretensa neutralidade. E isto é questionado pela Reconceituação, que, conforme já dito aqui, busca um compromisso com os sujeitos “oprimidos” (CHAGAS, 2015).

Nas trilhas de matrizes conservadoras, o Serviço Social Tradicional traz como características também a atuação no sentido de adaptação à ordem, com ações baseadas no assistencialismo, benemerência, clientelismo, paternalismo, relações de caráter confessional, apresentando debilidade teórica e científica. A atuação, neste sentido, torna-se assistemática, burocratizada, inespecífica, mecanicista e intuitiva, trazendo resultados paliativos (NETTO, 1975; IAMAMOTO, 2008, 2019; ARAÚJO, 2011).

Tais características são postas em questão pelo movimento de reconceituação em virtude do contexto e das conseqüentes exigências postas pelo mercado de trabalho de assistentes sociais. É um consenso que este Serviço Social se torna inoperante. Explicitamos, contudo, ressalva realizada por Netto (1975), sobre a heterogeneidade do movimento e da gênese da própria demanda pela erosão do Serviço Social Tradicional, havendo distinções entre a situação brasileira e a de outros países da América Latina.

No caso brasileiro, a emergência do processo renovador ocorre no bojo de um contexto ditatorial, sob a batuta de um estado autoritário e centralizador, que busca empreender uma modernização em meio a um projeto de industrialização e crescimento econômico. Há, contudo, poucas possibilidades de questionamentos político-ideológicos. Busca-se alinhamento com perspectiva desenvolvimentista. Rechaça-se o paternalismo e o viés confessional, típicos até então das práticas profissionais e a ênfase das experiências termina por constituir-se em questionamentos de cunho metodológico e não da direção ou significado da profissão na sociedade. Trata-se de questionamentos de caráter mais endógeno. Avalia-se um excessivo cuidado com o instrumental, um fetiche da técnica, dos procedimentos, com acionamento de uma racionalidade cartesiana típica da sociedade capitalista e dos estados autoritários. Cumpre-se exigências do mercado de trabalho em um estado autoritário. Tanto que, tão logo iniciam os ventos da Reconceituação e do questionamento ao conservadorismo no cone sul, observa-se, em reação, iniciativas modernizadoras e de reatualização do conservadorismo¹⁰ no Serviço Social brasileiro (NETTO, 1975, 2005; IAMAMOTO, 2019).

No caso dos países latino-americanos de língua espanhola, entre eles o Chile, o contexto de emergência do Movimento de Reconceituação advém de processos de mobilização popular, comoções sociais, algumas das quais com importante apoio da Igreja com permissão para não manter compromisso com os poderes estabelecidos, questionando-os. O compromisso firmado foi com os “oprimidos”, a partir do reconhecimento que o Serviço Social Tradicional se aliava a propostas de sociedade e profissão impostas por grupos dominantes. Desde o início buscou-se uma autonomia profissional, expressou a intencionalidade, não permitindo atravessamentos de objetivos e projeções alheios aos seus intentos. A ótica da atuação era a do “popular”, planejando que a profissão deixasse

¹⁰ Sobre a “Perspectiva Modernizadora” e a “reatualização do conservadorismo” como vertentes da renovação do Serviço Social brasileiro, ver Netto (2007).

de atuar como “adaptadora” e pudesse fomentar a tomada de consciência pelos sujeitos sobre injustiças e desigualdades sociais, promovendo participação social para mudança do cenário injusto. Tudo isto mediante observação do contexto concreto de relações sociais latino-americanas (NETTO, 1975, 2005).

Esta perspectiva predominante nos países latino-americanos de língua espanhola apresenta possibilidades, mas também limitações, sendo fruto de importantes críticas, entre elas: a recusa do transplante de teorias importadas gerou em algumas situações a negação da universalidade teórica; um ecletismo teórico, havendo “mistura”, por exemplo, de reflexões de Camilo Torres, com Guevara, Freire, Althusser, Mao Tsé Tung, além da apropriação do marxismo vulgar, ou de um “marxismo sem Marx” e com cariz positivista, conforme apontam Netto (2005) e Iamamoto (2018). Ademais, identifica-se que uma espécie de ativismo político obnubilava a diferença entre profissão e militantismo, tornando a concepção do exercício profissional algo heroico. Importam-nos, neste sentido, as reflexões de Iamamoto (2013):

Gostaria, pois, de ressaltar que, ao se considerar a prática profissional como socialmente determinada apenas pelas forças dominantes da sociedade, pode-se cair numa perspectiva determinista, segundo a qual nada nos restaria a fazer. No lado oposto, pode-se cair numa visão “heroica” da profissão, quando esta é apenas referenciada aos interesses das classes subalternas, desvinculados de suas relações com o bloco do poder. Além disso, ao se considerar a prática profissional como produto exclusivo de seus agentes, desconhecendo condicionantes histórico-conjunturais, corre-se o risco de cair numa perspectiva voluntarista, de declaração de belas intenções que serão vertidas pela realidade da prática. (IAMAMOTO, 2013, p. 121)

Importa enfatizar a relevância da perspectiva socio-histórica para que consigamos compreender a profissão como produto histórico e suas contradições no âmbito da luta de classes. Um dos aspectos do Movimento de Reconceituação que tem sido fruto de críticas, foi uma inclinação ao messianismo que desconsidera tais contradições. A análise da realidade concreta permite que consigamos compreender que no Brasil, por exemplo, apesar do contexto e das características modernizadoras que inauguraram o processo de renovação, foi possível o desenvolvimento do projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte, afinado com o processo reconceituador dos países latino-americanos de língua espanhola, tendo em destaque forte influência da experiência chilena. Foi analisado por Netto (2007) como um projeto de “intenção de ruptura” com o conservadorismo e teve grande importância na constituição do atual Projeto Ético-político do Serviço Social brasileiro, advindo da perspectiva crítica da profissão.

Entre legados e desdobramentos do Movimento de Reconceituação destacados por Iamamoto e Santos (2021), enfatizamos alguns que incidiram de forma bastante relevante na constituição de um Serviço Social crítico e nas atuais atribuições e competências profissionais no caso brasileiro: revisão crítica da formação profissional; reconhecimento da dimensão política da profissão. Dimensão que, aliás, sempre existiu, mas passou a tender para um campo progressista; a ampliação da produção teórica e adensamento intelectual da profissão; análise concreta da realidade concreta como importante

habilidade para o exercício profissional, aliando esta capacidade com o compromisso com as lutas da classe trabalhadora, provocando uma “recusa à naturalização das desigualdades e da apreciação moralizadora da ‘questão social’, do assistencialismo e do desenvolvimentismo” (SANTOS, 2021, p. 46); ampliação das possibilidades de atuação no campo das políticas sociais, compreendendo sua qualificação em formular, gerir, atuar no escopo do financiamento e avaliar tais políticas; ademais, foram adensadas reflexões acerca da relação entre o Serviço Social, sociedade e Estado e suas contradições, reconhecendo o lugar de assistentes sociais na defesa de direitos da classe trabalhadora.

Em virtude do exposto, apresentaremos nos próximos pontos, elementos sobre a experiência chilena e sobre o projeto da ESS/UCMG no bojo do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, buscando identificar particularidades e aspectos comuns entre ambos, além de como se desenvolveu ou não a proposta de crítica ao Serviço Social tradicional no Chile e no Brasil, tangenciando a compreensão do que Netto em 1975 chamou de crise do processo reconceituador, em virtude do avanço da autocracia burguesa, nas ditaduras do Cone Sul.

O Serviço Social chileno nas trilhas da Unidade Popular

O Movimento de Reconceituação na América Latina teve um de seus projetos mais representativos aquele que se materializou no Chile, especialmente entre os anos de 1968 e 1972, tendo nas universidades católicas os espaços fundamentais da experiência, sobretudo as Escolas de Serviço Social da *Universidad Católica de Chile* (UCC) e da *Universidad Católica de Valparaíso* (UCV) (BARBOSA, 1997; DURIGUETTO; MARRO, 2019).

O Chile era um país que, na contramão de muitos outros na América Latina, mantinha uma estabilidade política e democrática, com partidos de esquerda vivendo a legalidade há cerca de quatro décadas (SADER, 1992). Ademais, ao final da década de 1960, durante o governo da Democracia Cristã, as universidades chilenas iniciam um processo de questionamento de seus processos formativos e lugar na sociedade. Segundo Martínez (2017), havia uma Reforma Universitária em curso desde 1967 no Chile. Importa dizer que o governo da Democracia Cristã, que havia se comprometido com pautas como a reforma agrária, urbana e com a modernização do capitalismo no Chile, estava enfraquecido e convivendo com o descontentamento popular¹¹. Também naquele momento estavam circulando textos progressistas sobre educação popular e marxismo, além da experiência da Revolução Cubana, com tentativas reacionárias e contrarrevolucionárias influenciadas pelos Estados Unidos. No Brasil, por exemplo, desde 1964 vivia-se a ditadura militar. No Chile, contudo, questiona-se o lugar social e os projetos de sociedade e de universidade, em meio a um processo de politização, a vinda de intelectuais estrangeiros, exilando-se em virtude do avanço das políticas autoritárias em outros países do cone sul e de outros sujeitos que haviam frequentado universidades europeias (SADER, 1992; MARTÍNEZ, 2017; MARTÍNEZ; DÍAZ, 2021).

¹¹ De acordo com Duriguetto *et al.* (2018, p. 3), o programa nacional-desenvolvimentista proposto pela Democracia Cristã (DC) teve seu esgotamento no início da década de 1960, o que teria colocado o Chile “na órbita da crise cíclica do Capital, presente em todas as economias centrais e em grande parte do mundo periférico capitalista entre os anos 1960 e 1970”.

Pinto (2017), Bravo (2018) e Duriguetto *et al.* (2018) analisam que movimentos sociais de esquerda e organizações coletivas da classe trabalhadora, bem como uma articulação ampla de partidos de esquerda — que vinha sendo tecida desde a década e 1950 — fazem do Chile um país com feito inédito: a vitória eleitoral de uma coalizão em cujo programa constava projeto de construção do socialismo. Para Faleiros (2016), esta é uma particularidade fundamental do contexto chileno. O autor avalia ter sido o único lugar no mundo em que se implantou um programa de construção do socialismo pela via democrática eleitoral. O processo ficou conhecido como “via chilena ao socialismo”.

A coalizão mencionada, segundo Duriguetto *et al.* (2018), era composta pelo Partido Comunista, Partido Socialista, Partido Radical, Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU) e Ação Popular Independente. Trouxe à tona proposta de aliança com organizações populares e construção de um poder popular. Fora denominada “Unidade Popular” (UP)¹², sendo vencedora com a eleição de Salvador Allende à presidência do Chile em 1970. O novo governo propunha a via democrática e um movimento que rompesse com o capitalismo periférico, questionando a dependência que se tinha com relação aos Estados Unidos (SADER, 1992; FALEIROS, 2017).

Duriguetto e Marro (2019) avaliam que a UP não foi de fato capaz de realizar a transição socialista, uma vez que interrompida por violento golpe militar contra seu governo em 1973. Neste tempo, viveu-se algumas fases. A primeira, entre 1970 e 1972, é tida pelas autoras como de “identificação entre a UP e sua base social”, com lançamento de programa de reformas e mobilizações populares. De acordo com Sader (1992), houve neste primeiro momento a criação de instâncias de base e participação popular, reativação econômica do país, reestatização de fábricas, continuidade da reforma agrária, avanço na nacionalização da grande mineração, além de triunfo importante nas eleições municipais. Entre 1972 e 1973, temos duas fases, entre as quais aquela que trará a culminância das reações conservadoras que se estabeleceram ao longo do governo, com tentativas cada vez mais intensas de asfixia de seus intentos: o golpe militar orquestrado por Pinochet, em 11 de setembro de 1973¹³. (DURIGUETTO *et al.*, 2018; DURIGUETTO; MARRO, 2019).

12 Para compreender as propostas da Unidade Popular, indicamos a escuta do disco “Venceremos”, com temas alusivos à campanha presidencial. Um dos trechos da canção “Venceremos” diz que a “glória socialista está por vir”. Sugerimos acesso ao referido disco por meio do link: <https://perrerac.org/album/obra-colectiva-venceremos-1970/2269/>. A proposta de transformação social a partir da chegada ao “Estado” fica nítida, destacando-se a aliança popular. Isto também pode ser compreendido por meio da “canción del poder popular”, que anuncia que “desta vez não se trata de trocar um presidente, será o povo que construirá um Chile bem diferente”. A canção pode ser acessada no disco “Viva Chile!”, disponível em: <https://perrerac.org/album/inti-illimani-viva-chile-1973/1280/>. Para compreensão da atmosfera, de um projeto que também envolvia peças gráficas, pode ser interessante acessar os anexos da dissertação de mestrado de Carine Dalmás (2006), que apresentam cartazes e murais da campanha e posicionamentos da UP. Disponíveis nos links: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16072007-101006/publico/TESE_CARINE_DALMAS_CARTAZES.pdf e https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16072007-101006/publico/TESE_CARINE_DALMAS_MURAIIS.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

13 Sobre este tema, indicamos uma série de documentários dirigidos por Patrício Guzman, denominados “A batalha do Chile”, disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=pgBh5SilEg4> (Parte I);

Os “ventos” da UP e as mudanças anteriormente em curso na universidade e sociedade em geral, geraram pressões para que o Serviço Social também pudesse se movimentar. Esta pressão ocorreu por parte de grupos de estudantes, principalmente aqueles que participavam da organização de partidos políticos de esquerda. Eles contestavam objetivos da universidade e sua relação com o contexto e o lugar do Serviço Social na implementação de um projeto socialista. Docentes e demais trabalhadores sociais precisaram olhar e foram provocados a reavaliar uma prática que até então transcorria, em grande parte dos espaços, para controle, ajustamento e adaptação dos sujeitos a uma ordem burguesa que ali, naquele contexto chileno nos primeiros anos da década de 1970, encontrava-se em intenso questionamento. O Serviço Social tradicional e as matrizes teóricas e práticas conservadoras não mais respondem aos anseios de diversos sujeitos coletivos, uma vez que a transformação social para uma perspectiva mais progressista surge como possibilidade histórica a partir da concretude das relações. Nesse sentido, temos no período o auge da articulação entre Serviço Social e a organização popular, com reformulação de objetivos profissionais nas universidades católicas chilenas. Trata-se de mudanças que articulam com a dinâmica social, não desconsiderando também a relevância de agentes profissionais.

É preciso dizer que este processo não se deu de forma homogênea e sem disputas. Na sociedade em geral, na universidade e nas relações profissionais o conservadorismo nunca deixou de existir. No âmbito da UCV, por exemplo, Faleiros (2016) aponta que a direita conservadora manteve suas incidências, principalmente no curso de filosofia. No âmbito da profissão, o autor relembra que o Colégio de Assistentes Sociais permaneceu reticente às transformações em curso. Analisa que o Colégio era reacionário. Tal coletivo aprovou, em 1973, uma nota contra o presidente Allende e posteriormente teria apoiado Pinochet, após o golpe de Estado contra o governo da Unidade Popular. Essa é considerada uma grande limitação para o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Chile. (FALEIROS, 2016; PINTO, 2017).

Ainda assim, é preciso compreender a relevância do Movimento sobre o qual refletimos, uma vez que ele provocou a ruptura com o monopólio do conservadorismo no Serviço Social e ampliou possibilidades de perspectivas para a profissão: a reorganização de atribuições, valores e compromissos. Neste escopo também são adensados os primeiros passos para realização de pesquisas mais rigorosas com matrizes teóricas mais plurais e de caráter mais progressista, ainda que de maneira eclética. A análise sobre os sujeitos com quem se atua é deslocada de uma leitura individualista e passa a considerar os sujeitos coletivos, mediante inserção de profissionais no cotidiano de vida e organização da população (FALEIROS, 2016; PINTO, 2018; BRAVO, 2018).

O Serviço Social passa a atuar junto aos “pobladores”, sob uma perspectiva de defesa do poder popular. Há um alargamento considerável do rol de “sujeitos” junto aos quais a profissão atua, considerando aspectos de sua reprodução social sob um viés crítico:

<https://www.youtube.com/watch?v=UEw7aL1jjcl> (Parte II);
<https://www.youtube.com/watch?v=LoXNBj2X4Ck> (Parte III). Acesso em: 05 jul. 2022.

mulheres, indígenas, camponeses, por exemplo. Neste período, a UCV cria um “departamento poblacional” com objetivo de acompanhar a mobilização popular, dialogando com os mecanismos vinculados à UP. Neste sentido, destacamos também a atuação do Serviço Social em processos de fomento à gestão participativa em assuntos públicos. A relação com políticas públicas mediante um compromisso com a participação da população em seu processo, logo de defesa de direitos, ousamos dizer, torna-se conquista neste contexto de reorganização do Serviço Social no Chile (PINTO, 2017; BRAVO, 2018). Ainda assim, não deixamos de observar que a própria relação entre profissionais progressistas e a UP não ocorreu sem disputas. Houve discordâncias também, mas todos os ventos trazidos pela vitória da UP certamente influenciaram o trabalho de tais assistentes sociais.

No escopo de transformações experimentadas pelo Serviço Social chileno, compreendemos relevância de ressaltar aquelas ocorridas no âmbito da formação profissional. Faleiros (2016) traz vivacidade à memória sobre assembleias realizadas junto a estudantes e a criação de uma comissão para repensar o Serviço Social na UCV. No escopo desta organização, foi desenvolvido um projeto para a formação. Da mesma maneira, na efervescência das mobilizações e articulações para a chegada da UP ao poder, a UCC apresentou um documento que ficou conhecido como “Método Básico”.

Martínez (2017) destaca que em 1970 foi composta uma comissão de professores e estudantes para construir o novo projeto da Escola de Serviço Social da UCV. O mesmo passara por colegiado universitário, enfrentara tentativa de questionamentos de agentes afinados com o projeto conservador, mas fora aprovado por unanimidade em 1971. Ele buscava organizar um alinhamento com a realidade nacional e sua história, o objeto e os objetivos do Serviço Social, os campos de ação e a metodologia. Tratou-se de reformulação curricular, com importante ênfase nos processos de estágio, que deveriam propiciar aproximação e debates sobre as condições materiais de vida e trabalho das classes populares, ou de sujeitos “dominados”.

O ponto de partida do projeto é a análise da realidade nacional, e de sua história sob o ponto de vista dos vencidos, a situação de dependência e os desafios ao fazer profissional. Era necessária uma aproximação com a realidade concreta. Esta análise e a atuação junto ao sujeito histórico e protagonista das transformações são objeto do Serviço Social, que deve manter uma prática comprometida com a organização, participação, gestão, mobilizações populares, conscientização e politização das relações. Aproxima-se de sindicatos, fábricas, movimentos populares para assessoria, bem como de órgãos vinculados ao Estado. Afinados a processos de capacitação popular, assistentes sociais devem constituir-se em educadores sociais a quem se recorre para o debate sobre alternativas concretas. A formação profissional requer sujeitos que conheçam este “homem” concreto e consigam intervir por meio de uma perspectiva libertadora, em contrapartida a uma perspectiva dominadora. Para tanto, recusam-se espontaneísmos nesta prática, fazendo-a científica, baseada na pesquisa sobre a realidade (FALEIROS, 2017; MARTÍNEZ, 2017; MARTÍNEZ; DÍAZ, 2021). Destaca-se a grande influência de Paulo Freire, sua “teoria da conscientização” e de sua “pedagogia do oprimido” em todo este processo.

Freire exilou-se por alguns anos no Chile e dialogou com o intento de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo.

De acordo com Martínez (2017), o currículo foi desenvolvido sobre tarefas de investigação, docência e ação profissional. Neste escopo também foi incentivada a presença de trabalhadores nas cátedras universitárias. Martínez e Díaz (2021) destacam que os estágios eram desenvolvidos nos campos de ação e as experiências discutidas em espaços como seminários. Trazem que

[...] nos núcleos de formação da Escola, desenvolvia-se um processo coletivo de discussão teórico-prática dos estágios e das matérias trabalhadas nos TCCs. Realizava-se uma análise histórica baseada na pesquisa das condições de vida de operários, camponeses e moradores urbanos, e sua participação nos processos de produção nacional e mundial, procurando compreender também os processos de reprodução social de sua relação com a totalidade social. (MARTÍNEZ; DÍAZ, 2021, p. 187).

De acordo com Martínez (2017), embora haja correspondência desta experiência com outras ocorridas em universidades chilenas, a UCV possui esta relação com diversidade de estratégias e a aprovação do projeto no âmbito colegiado da universidade.

É possível observar a mencionada correspondência a partir de estudos sobre o chamado “Método Básico” da UCC, que chegara até as mãos de profissionais brasileiras, lideranças da experiência ocorrida na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG). Na construção de tal método, é possível apreender toda a relação com a conjuntura chilena já explicitada acima, desde a interlocução com alas progressistas da Democracia Cristã à UP. O documento iniciava-se com análise da realidade chilena e apresentava nova proposta de ação profissional, com a recusa do assistencialismo e constituição de um lugar como educador social para o assistente social. Destacava a função de assessoria para o Serviço Social e a busca de estratégias para a profissão na realidade da América Latina. É explícito o compromisso com o protagonismo dos sujeitos oprimidos e a importância da ação libertadora (BARBOSA, 1997).

Duriguetto e Marro (2019) analisam um destaque à dimensão ideopolítica e educativa da profissão nesse contexto, buscando fomentar a organização e mobilização populares. Mas em decorrência disso, constatam a presença de “posturas messiânicas e voluntaristas”, sobretudo quando se tem a proposta de capacitar e tornar-se educador popular na formação de trabalhadores como “agentes de transformação social”. Previnem, contudo, que as posturas podem ser explicadas em virtude da conjuntura, dos conflitos, da proximidade com a organização popular, seja pela via da militância, seja pela atuação em órgãos do Estado. Trata-se de proximidade com “as demandas postas pelo governo da UP” (DURIGUETTO; MARRO, 2019, p. 319).

Esta proximidade com a UP e com a atmosfera de organização popular e protagonismo dos “oprimidos”, fez com que, dado o golpe de 1973, o processo de reconceituação do Serviço Social no Chile sofresse duro impacto. Implementa-se, nos anos de governo militar, a primeira experiência nitidamente neoliberal na América Latina, além de árdua repressão

contra forças democráticas. Em 1980 este projeto materializa-se no plano jurídico com a aprovação de uma Constituição tipicamente autoritária e ceifadora de direitos, de cunho fortemente neoliberal, com ataques às políticas de Estado. No campo do Serviço Social, observa-se uma regressão teórico-metodológica, havendo perda da exclusividade do caráter universitário e com a retomada de hegemonia de perspectivas assistencialistas, tecnocráticas, baseadas em valores liberais e com resgate da defesa da neutralidade no fazer profissional. Não foi um processo também sem disputa, contudo a hegemonia permaneceu com a perspectiva mais atrelada aos interesses capitalistas. Isto tem impactos durante a democratização das relações políticas no país, naquela democracia negociada, quando o Serviço Social é requisitado para atuar de maneira focalista e alinhada aos interesses neoliberais, agora um pouco mais escamoteados. Hoje ainda são hegemônicas no campo da pesquisa e intervenção as matrizes teóricas conservadoras e pós-modernas. Observa-se a precarização do ensino e das relações de trabalho, assim como no caso brasileiro na atualidade. Renova-se a esperança a partir de um novo ciclo de lutas sociais no país, que recentemente conquistou o direito de rever a constituição aprovada na ditadura, ainda em vigor no Chile (DURIGUETTO; MARRO, 2019), além da recente ascensão de um governante de esquerda e vinculado a tais lutas, ocupando lugar na presidência¹⁴.

Importa-nos compreender este trajeto, ainda que nos limites de um artigo, para que se possa perceber as influências da reconceituação chilena na experiência reconceituadora brasileira, representada em sua interlocução mais progressista pela experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais.

O Projeto da ESS/UCMG: intenção de ruptura com o conservadorismo na experiência brasileira

A experiência de renovação do Serviço Social brasileiro assumiu perspectivas modernizadoras, com forte apelo endógeno de revisão de metodologias, apreendendo uma racionalidade tipicamente burguesa. Contudo, é preciso destacar que em meio a esta perspectiva prevalente e contexto de ditadura empresarial militar no país, com fortes ataques aos direitos políticos dos sujeitos, observa-se uma experiência reconceituadora com direção progressista próxima àquelas ocorridas em países de língua espanhola. Ela ficou conhecida como “Método BH”. Contudo, conforme estudos de Batistoni (2021), é preciso dizer que se tratou de um projeto maior que abrangeu nele a elaboração teórica de um “método”. Tal projeto fora desenvolvido na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG) (NETTO, 2007; BATISTONI, 2017, 2019, 2021; PAULA, 2019).

Barbosa (1997) destaca a importância do acesso ao documento “Método Básico”, da Escola de Trabalho Social da Universidade Católica do Chile (ETS/UCC), elaborado ainda em 1969 no contexto de efervescência política, mas ainda no governo da democracia cristã naquele país. O acesso se deu em um evento realizado em Caracas. Batistoni (2021) analisa que o projeto mineiro se constituiu em uma revisão crítica do Método Básico.

¹⁴ Veja a notícia a esse respeito em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/jose-antonio-kast-reconhece-vitoria-de-gabriel-boric-em-eleicoes-no-chile/>. Acesso em: 05 jul. 2022.

Apesar da interlocução entre Brasil e Chile, enquanto aquele país vivenciava o alvorecer de um governo socialista, o contexto brasileiro demonstrava-se bastante adverso com a existência de uma ditadura. Esta é considerada por Netto (2007, 2009b), uma “contrarrevolução preventiva”, que havia sido implementada em diversos territórios em todo o mundo. Tratava-se de reações diante do sucesso da Revolução Cubana como possibilidade concreta de implementação do socialismo na América Latina. Os Estados Unidos da América articularam-se com forças repressivas no continente para ataques às soberanias nacionais em diversos países.

Em terras brasileiras no início da década de 1960, vivenciávamos tensionamentos importantes advindos de lutas sociais. Em 1961 o País elegeu João Goulart para a presidência. Embora seu programa não fosse socialista, agregava propostas de um campo progressista para o País, trazendo aspectos que confrontavam a burguesia nacional. Goulart propunha uma série de reformas de base como a agrária, a educacional, a urbana, entre outras. Para contrapor-se ao projeto de Goulart, considerando o contexto internacional, criou-se no País uma “guerra ideológica”, que adquire maior densidade em 1962. Segundo Netto (2009b),

[...] os segmentos mais reacionários da burguesia e serviços das empresas imperialistas (nomeadamente as norte americanas), associados a setores similares das Forças Armadas e da Igreja Católica, empenharam-se num ativismo destinado a divulgar que o “comunismo” estava “subvertendo” a família, os costumes etc. e “ameaçando” a “propriedade”, a soberania e a integridade nacionais. A franja mais agressiva da burguesia implementou, então, uma massiva e caríssima (pois que incluindo toda a chamada “grande imprensa”, emissoras de rádio e televisão, edição de livros e panfletos, palestras e conferências em todo o país) campanha ideológica que, agitando o fantasma do “perigo vermelho”, buscava mobilizar a opinião pública contra o governo, caracterizado como “república sindicalista” que tolerava o “comunismo” ou mesmo já era “comunista”. (NETTO, 2009b, p. 19).

Os conflitos existentes se agravaram com os efeitos do esgotamento de um padrão de acumulação. Em abril de 1964 ocorreu um golpe de Estado e foi instaurada a ditadura no país. Esta adquiriu a forma de uma autocracia burguesa. Teve como uma de suas características o alijamento das massas dos espaços de decisão política e a subalternidade nacional a interesses imperialistas no campo da economia. A elite burguesa brasileira tem sido motivo de análise de diversos autores que pesquisam sobre nossa formação social e histórica no Brasil. Eles avaliam-na por uma característica bastante particular: sua subordinação aos interesses burgueses de países mais ricos.

Sobre o Estado burguês, é possível identificar como gritante a função assumida no favorecimento à concentração e centralidade de Capital e ampliação do fomento à superexploração da força de trabalho. Para isto, era intenso e constante o uso de seu braço violento e repressivo. Violência esta que se intensificou e generalizou em 1968, com o Ato Institucional nº 5, o AI5. Contudo, o “milagre econômico” que respaldou a autocracia burguesa não resistiu à crise capitalista mundial e vulnerabilizou o Regime a partir de 1974, se intensificando a partir de 1975.

Netto (2009b) informa que havia assistentes sociais favoráveis ao Regime e outras/os que realizaram veemente oposição a ele, sendo inclusive vítimas de sua violenta máquina. A grande maioria, porém, não se posicionou a este respeito. A oposição à ditadura passou a ser fortalecida quando o Movimento Operário voltou à arena política e junto a outros fatores contribuiu para trazer à tona a crise do regime ditatorial. Isto se deu partir das mobilizações grevistas no cinturão industrial no ABC paulista na segunda metade da década de 1970. É, contudo, no contexto de recrudescimento da ditadura e em meio ao AI5 que ocorre a experiência belo-horizontina. Cabe-nos tentar compreender os motivos.

É preciso entender a história em suas nuances, como relação social, baseada na vida material de homens e mulheres, seus limites e possibilidades. As possibilidades, neste caso, se dão em virtude de situações relacionadas à própria universidade, vinculada à Igreja Católica e administrada naquela ocasião por setores mais progressistas da referida instituição. Tais setores prestaram apoio institucional ao projeto (BATISTONI, 2019, 2021). Vivenciava-se uma virada à esquerda de segmentos da Igreja Católica, incluindo sujeitos vinculados à Teologia da Libertação. Produzia-se nesse escopo um incentivo às lutas sociais. Em tais lutas também estavam afiliados sujeitos do movimento estudantil, incluindo aqueles vinculados à Juventude Universitária Católica (JUC), tendo esta tido grande influência do humanismo cristão, que se estendeu à AP (Ação Popular) surgida a partir dela. Inclusive, uma das lideranças da elaboração do Projeto da ESS/UCMG, Leila Lima Santos, havia sido integrante da JUC, quando ainda era quadro do Movimento Estudantil. Estes estudantes também vinham de experiências de Movimentos Educacionais de Base e de trabalhos com educação popular, fundamentados nas formulações de Paulo Freire. Pressionavam pela reformulação do currículo e da formação em Serviço Social (BATISTONI, 2019, 2021).

Nesse caso, observamos similaridades com a experiência chilena, advindas da existência de posturas progressistas no interior da Igreja Católica e dos espaços administrados por ela. Observe-se que as experiências reconceituadoras aqui apresentadas são vinculadas a universidades católicas, tanto no Chile, quanto no Brasil. No caso do país de língua portuguesa, em um contexto de ditadura empresarial militar.

Também é possível observar influências do maoísmo sobre a juventude em diversos países, explícita na máxima de que o “conhecimento autêntico nasce da experiência direta”. Ademais, Leila Lima havia acabado de retornar da Europa, onde tivera aulas com Lefévre e Althusser¹⁵. Essas referências foram de grande relevância para o desenvolvimento do projeto mineiro em curso entre 1972 e 1975. Ele, no entanto, apresentou algumas fragilidades: o seu ecletismo, além de uma apropriação de Marx por meio de manuais e de “contaminação” neopositivista (NETTO, 2007; BATISTONI, 2021).

Importa também salientar, que embora recrudescida a repressão, passados quatro anos de golpe empresarial militar, em 1968 as forças populares buscavam reorganizar-se. Belo Horizonte era berço das elites reacionárias, mas também de um movimento estudantil

¹⁵ Sobre as contradições acerca do pensamento de Althusser, recomendamos as análises de Coutinho (2010).

forte e de raízes de movimentos sindicais e populares. Destaca-se nesse sentido a greve realizada em Contagem, em 1968, de grande importância no movimento de contestação à ordem. Portanto, havia em Minas Gerais elementos possibilitados pelo contexto para a realização de uma experiência com caráter de oposição à autocracia burguesa, como foi o Projeto da ESS/UCMG (NETTO, 2007; BATISTONI, 2017).

O Projeto da ESS/UCMG é considerado por Netto (2007) como aquele que desencadeou/fundou o processo de intenção de ruptura do Serviço Social brasileiro com o conservadorismo. Em virtude do contexto de avanço da autocracia burguesa, diferente do contexto democrático em que o Método Básico Chileno fora desenvolvido, o Projeto mineiro permaneceu “marginal” até pelo menos o fim da década de 1970.

É possível verificar na experiência mineira, a preocupação com o objeto da atuação, que seria “a ação social da classe oprimida” e entre os objetivos explicitados, “a transformação da sociedade e do homem” e a “conscientização, capacitação e organização”. Estas últimas seriam mediações para alcançar a transformação. Trata-se de objetivos avaliados por Netto (2007) como megalômanos para uma profissão, não havendo aí uma mediação fundamentada na totalidade das relações sociais entre as classes. A transformação social não será fruto da atuação de uma profissão ou mesmo de um projeto profissional. Faz-se a crítica também à noção de “classe oprimida”, fruto de um simplismo que desconsidera as complexas relações de exploração, tomando-as como se fossem uma dicotomia (NETTO, 2007; BATISTONI, 2021).

O Projeto da ESS/UCMG envolvia reestruturação do currículo, abrangendo o âmbito da formação profissional e a experiência em projetos de extensão e campos de estágio. Observa-se a preocupação teórico-prática, como na experiência chilena. Segundo Batistoni (2021), a experiência continha uma concepção globalizadora no que tange à proposta curricular que

[...] sustentava-se na articulação do ensino teórico-prático à pesquisa, docência e prática, operacionalizando, nas Unidades de Ensino e Aprendizagem (UAs), concepção inédita na organização curricular da formação em Serviço Social no país. As UAs eram organizadas em Projetos Semestrais de Aprendizagem (PSAs). Além disso, eram articuladas, no “contato com a realidade”, por meio de programas de investigação, programas de estudo, pesquisa e/ou ação profissional, realizadas semestralmente ao longo de oito semestres letivos, contemplando o conjunto de disciplinas e os respectivos conteúdos, inclusive as disciplinas especificamente profissionais. As “equipes de prática” eram articuladas em torno de problemáticas básicas de investigação e exercício profissional; apoiavam-se em uma orientação interdisciplinar — com docentes assistentes sociais das áreas afins, participação de monitoria com possibilidade de avanços na relação entre formação teórica e exercício profissional, como demonstraram relatórios das “equipes de prática” e os trabalhos de conclusão, denominado Trabalhos de Estágio de Campo [...]. (BATISTONI, 2021, p. 83).

O projeto nitidamente traz elementos de ruptura com o Serviço Social Tradicional e o *social work* norte-americano, com seus fundamentos fortemente positivistas e com a metodologia do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. Muitas vezes caía-se em um

militantismo, havendo a dificuldade de diferenciar isto da atuação profissional, contextualizando-a nos marcos da sociedade burguesa e das relações sociais. Ainda assim, é fundamental destacar, como o faz Paula (2019), a importante aproximação com os interesses das classes populares empreendido pelo Projeto mineiro, ainda em um contexto de recrudescimento da autocracia burguesa, contrastando-se a ele e trazendo subsídios para sua contestação e para contestação da própria profissão.

O objeto e objetivos da profissão trazidos por este projeto aliam-se àqueles da experiência chilena, como vemos em Barbosa (1997). Contudo, a conjuntura nacional era diversa. Foi preciso um maior acúmulo teórico, de articulação política e em um contexto de fragilização do regime empresarial militar para que se tornasse possível a difusão da informação sobre o projeto da ESS/UCMG e novas tentativas renovadoras para a profissão no País, não mais nos marcos da Reconceituação, mas remontando a ela (IAMAMOTO, 2019). O processo reconceituador partido desta experiência foi encerrado em 1975, com a demissão das/os profissionais que encamparam o projeto. Contudo, esses sujeitos continuaram seu protagonismo em importantes espaços profissionais, com destaque para organizações internacionais da profissão, como o CELATS.

O Serviço Social brasileiro, nestes termos, construiu um projeto de crítica ao conservadorismo que se efetivou, tendo como um dos marcos o chamado “Congresso da Virada” em 1979. A história pós-reconceituação brasileira, em virtude de elementos relativos à dinâmica societária, caminhou em direção distinta àquela do Chile. O país de língua espanhola, após o golpe militar de 1973, fez um trajeto regressivo em relação às conquistas reconceituadoras.

No caso brasileiro, em virtude do posterior adensamento dos ventos contestatórios ao regime, o percurso foi o de construção, ao longo das décadas de 1980 e 1990, de um Projeto Ético-político profissional crítico e de viés democrático, a partir de acúmulo teórico e político no seio da categoria profissional. Paula (2019) avalia que o Projeto da ESS/UCMG fora um embrião deste projeto ético-político.

De acordo com Iamamoto (2019), este movimento no Serviço Social brasileiro vem legando-nos importantes conquistas coletivas, entre as quais: o fato de buscar a superação do lugar de subalternidade; alcança-se ampliação do mercado de trabalho e das competências profissionais, para além da execução terminal de políticas sociais, envolvendo também a presença na gestão, planejamento, financiamento; a desvinculação da imagem profissional com o assistencialismo, fortalecendo a relação com os direitos; “consolidação da formação pós-graduada”; formação de massa crítica no seio da profissão; fortalecimento das entidades representativas, entre outras.

(In)conclusões e desafios

A Reconceituação, foi um processo tipicamente latino-americano e inconcluso, interrompido pelas ditaduras no cone sul. Podemos dizê-lo transitivo, uma vez que não se encerrou em si, abrindo caminho para ampliação de possibilidades quanto à função social do Serviço Social na América Latina e em especial no Brasil. A vinculação do Movimento

como pontapé para a erupção do monopólio do tradicionalismo na profissão desconstrói matrizes teóricas e as práticas conservadoras como caminhos únicos. E mais: traz à tona a possibilidade de constatação de que matrizes teóricas conservadoras apresentam leitura de realidade falseada por uma suposta neutralidade que confunde os sujeitos, uma vez que toda teoria aponta para interesses e projetos de sociedade. O conservadorismo busca a manutenção da ordem burguesa.

Em virtude de sua vinculação com interesses da classe trabalhadora e aprimoramento intelectual de assistentes sociais, a Reconceituação deixou legados muito importantes, como a maior qualificação das respostas profissionais a partir de um conhecimento mais denso das relações sociais e de aspectos da vida cotidiana da classe trabalhadora. A crítica às respostas aligeiradas, com base em um sujeito inespecífico que deveria adaptar-se a uma ordem que o desumaniza, viabiliza atuação junto a um sujeito historicamente contextualizado e à não naturalização das relações e desigualdades sociais. Abre-se um caminho para a transformação social como horizonte histórico. Além disso, as experiências apresentadas, principalmente a chilena, apontam para um Serviço Social atuante em processos de participação da sociedade nas decisões estatais, e na construção, gestão, planejamento e avaliação de políticas públicas, além da execução terminal destas. Torna-se possível o deslocamento do lugar de subalternidade até então legado ao Serviço Social.

Destacamos também que a análise dos processos históricos torna viáveis as constatações acima, bem como a observação de limites e desafios enfrentados pelo Movimento de Reconceituação, entre eles uma tendência ao militantismo, ao voluntarismo e messianismo. Ainda é possível encontrar resquícios destas tendências no Serviço Social brasileiro, mas avançamos desde então nas análises da realidade concreta sobre a própria profissão no conjunto das relações sociais. Somos sujeitos assalariados e convocados a fornecer respostas profissionais, movendo-nos em meio a contradições.

É um grande desafio mantermo-nos vigilantes na leitura competente da realidade concreta e na construção de estratégias e táticas para defesa do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, que se encontra na contramão do projeto de sociedade predominante sob o capitalismo. Um olhar para as interlocuções Chile-Brasil nas décadas de 1960 e 1970, no escopo do Movimento de Reconceituação, demonstra a riqueza do intercâmbio para fortalecimento do Serviço Social crítico. Hoje a profissão vive um legado de retrocessos após a desconstrução do processo reconceituador no caso chileno, mas ele se mantém vivo como possibilidade histórica. É preciso que mantenhamos as articulações internacionais para uma defesa intransigente da chama da crítica a um conservadorismo que tem se demonstrado desumanizador e propagador de desvalores destrutivos para a própria vida no planeta terra, uma vez que advoga para as causas de uma ordem burguesa cujo objetivo é promover acumulação e desigualdade.

A reação conservadora que vivenciamos e reivindicação de alguns grupos sobre o retorno de elementos do Serviço Social Tradicional, se encontra num bojo de crise estrutural do sistema capitalista e acirramento de suas contradições, com ascensão do irracionalismo, dificuldade de leitura desta realidade e das relações sociais tais como se apresentam.

É preciso que mantenhamos e nos voltemos ao rigor teórico de nossas análises, para que a partir delas compreendamos as tendências, relações, a fim de não errarmos na ação. E que voltemos o olhar para a história, que não se repete, mas traz lições, permanências e rupturas. Estes são desafios contemporâneos e urgentes.

Referências

ACOSTA, L. Cultura “radical” e Serviço Social. In: **Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social**, PPGSS/UFRJ Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, 2008. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/view/Issue/752/262>. Acesso em: 05 jul. 2022.

ARAÚJO, C. C. *et al.* O processo de reconceituação do Serviço Social no Brasil: emergência do movimento de ruptura. In: SILVA, M.O.S. (org.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BARBOSA, M. M. Serviço Social, utopia e realidade: uma visão da história. **Cadernos Serviço Social**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 25-71, out. 1997. Disponível em:

http://www1.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20071101163758.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

BATISTONI, M.R. O Movimento de Reconceituação no Brasil: O projeto profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). **Em Pauta**, n. 40, v. 15, 2º Sem., 2017. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/32745/23545>. Acesso em: 05 jul. 2022.

BATISTONI, M. R. O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte – 1960–1975: uma reconstrução histórica. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 538–558, set./dez. 2019. Disponível em <http://old.scielo.br/pdf/sssoc/n136/0101-6628-sssoc-136-0538.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2022.

BATISTONI, M. R. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. **A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

BRAVO, V.O. *et al.* Trabajo Social y luchas populares en Chile: análisis del periodo 1970-1973. **Revista Perspectivas**, n. 32, UCSH, 2018. Disponível em

<http://ediciones.ucsh.cl/index.php/Perspectivas/article/view/2025/1820>. Acesso em: 11 nov. 2022.

CHAGAS, B. R. F. Positivismo e marxismo: o debate sobre a neutralidade científica e a construção do projeto profissional do Serviço Social brasileiro. **Serviço Social em Revista**,

Londrina, v. 17, n. 2, jan./jun. 2015. Disponível em:

<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/21954/17692> . Acesso em: 05 jul. 2022.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DALMÁS, C. **Brigadas muralistas e experiência de propaganda da experiência chilena (1970-1973)**. 2006. 191 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16072007-101006/publico/TESE_CARINE_DALMAS.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

DURIGUETTO, M. L. *et al.* **O Serviço Social chileno e as relações com as organizações, movimentos e lutas da classe trabalhadora**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., Vitória: UFES, 2018.

DURIGUETTO, M. L.; MARRO, K. *et al.* Considerações sobre a trajetória histórica do Serviço Social no Chile: da Reconceituação ao tempo presente. In: YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (org.). **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019.

FALEIROS, V.P. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, V. P. Trabajo social y reconceptualización en el Chile de la Unidad Popular. [entrevista concedida a] Alexander Panes Pinto e Victor Orellana Bravo. **Revista Electrónica de Trabajo Social**, Universidad de Concepción, Chile, n. 13, Sem. I, 2016. Disponível em <https://www.revistatsudec.cl/wp-content/uploads/2016/07/4.pdf>. Último Acesso em: 11 nov. 2022.

FALEIROS, V. P. Reconceituação do Serviço Social: processo e movimento da Escuela de Trabajo Social da Universidade Católica de Valparaíso. **Em Pauta**, n. 40, v. 15, 2º Sem., 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/32723/23542>. Acesso em: 05 jul. 2022.

GOIN, M. A Reconceituação do Serviço Social na América Latina: esforços de ruptura com o tradicionalismo profissional. In: **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe: conceituação, condicionantes socio-históricos e particularidades profissionais**. Campinas: Papel Social, 2019.

HOBSBAWN, E. O que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea? In: **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IAMAMOTO, M. V. O legado da reconceituação. In: IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, M. V. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 204-226, ago./dez. 2018. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18603>. Acesso em: 05 jul. 2022.

IAMAMOTO, M. V. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/RJ3mPJQ8Qk8WJRbLRph8Kz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jul. 2022.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. Introdução. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. **A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021.

LOPES, J. B. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica na profissão: a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do Serviço Social brasileiro. In: SILVA, M. L. O. (org.) **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

MARTÍNEZ, L. B. A. Disputas en la construcción del Trabajo Social reconceptualizado en la Universidad Católica de Valparaíso (1966-1973). **Em Pauta**, n. 40, v. 15, 2º Sem. 2017. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/32721>. Acesso em 05/07/2022.

MARTÍNEZ, L. B. A.; DÍAZ, D. A. C. Reconceituação e projeto emancipatório na Universidade Católica de Valparaíso. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. Introdução. In: **A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021.

MOLJO, C. B.; SILVA, J. F. S. Cultura profissional e tendências teóricas atuais: o Serviço Social brasileiro em debate. In: GUERRA, Y. et al. (org.). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. 2. ed. Campinas: Papel Social, 2019.

MONTAÑO, C. A natureza do Serviço Social e sua gênese. In: **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. La crisis del Proceso de Reconceptualización del Servicio Social. Selecciones del Servicio Social. **Revista Latinoamericana**, v. VIII, n. 26, 1975.

NETTO, J. P. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 84, nov. 2005.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, A. E.; et al. (org.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. III CBAS: algumas referências para sua contextualização. In: CFESS (org.) **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2009b.

PAULA, L. G. P. “Método BH”: o embrião da virada do Serviço Social. **Conexão Geraes**, ano 4, n. 14. abr./maio/jun. 2019. Disponível em: <https://cress-mg.org.br/Upload/Pics/52/52085ea8-ed2c-4875-9665-2ec58d7a7f53.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2022.

PINTO, A. P. et al. “Desalabrando” histórias: o Serviço Social e as lutas sociais no Chile. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, 2º Sem. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/32742/23541>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SADER, E. **Cuba, Chile e Nicarágua**: socialismo na América Latina. 12. ed. São Paulo: Atual, 1992.

SCHEFFER, G. et al. O reformismo reconceituador entre a articulação latino-americana e renovação do Serviço Social brasileiro. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. Introdução. **A história pelo avesso**: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

SILVA, J. F. S. da. Autocracia burguesa e renovação do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, J. F. S. da. **Serviço Social**: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y. et al. (org.) **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. 2. ed. Campinas: Papel Social, 2019.

Submetido em: 05/06/2022

Revisto em: 19/11/2022

Aceito em: 28/11/2022